



RESOLUÇÃO CONFIT Nº 039/2026

“Dispõe sobre a aprovação da versão 02.00 do referencial de documentos administrativos e decisórios para a condução de processos de responsabilização regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 no âmbito da Prefeitura Municipal de Aracruz.”

O **CONSELHO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA - CONFIT**, órgão deliberativo e permanente, responsável pela orientação e organização dos serviços afetos à Controladoria-Geral do Município de Aracruz e às atividades e conduta dos Auditores de Controle Interno, no uso de suas atribuições contidas no art. 19, *caput* c/c art. 21, inciso IX da Lei Municipal nº 4.155, de 22 de dezembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a versão 02.00 do referencial de documentos administrativos e decisórios para a condução de processos de responsabilização regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 no âmbito da Prefeitura Municipal de Aracruz, na forma do Anexo Único.

Parágrafo único. O controle de versionamento e a publicação dos documentos referidos no *caput* caberá ao Conselho Municipal de Fiscalização e Transparência.

Art. 2º Os responsáveis pela condução de processos de responsabilização da Prefeitura Municipal de Aracruz poderão submeter propostas de aperfeiçoamento do referencial de documentos administrativos e decisórios à Corregedoria.

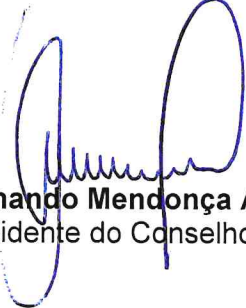
§ 1º Caberá à Corregedoria a análise preliminar das propostas referidas no *caput* e a submissão ao Conselho Municipal de Fiscalização e Transparência em caso de concordância.

§ 2º Caberá à Corregedoria a difusão das práticas e o constante aprimoramento do referencial de documentos administrativos e decisórios para a condução de processos de responsabilização regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993.



Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz/ES, 29 de maio de 2026.



Luís Fernando Mendonça Alves
Presidente do Conselho



Adriana Soares Alves
Membra



Lucas Dias Noronha
Membro



Thainá Machado Vassoler
Membra



Vítor de Carvalho Vecchi
Membro



Anexo Único

Referencial de Documentos Administrativos e Decisórios

para a condução de Processos de Responsabilização
Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

| Versão 02.00



SUMÁRIO

MODELO 1 – TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO.....	3
MODELO 2 - TERMO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO	7
MODELO 3 - TERMO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	8
MODELO 4 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO	9
MODELO 5 – EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	10
MODELO 6 – TERMO DE DECLARAÇÃO DE REVELIA.....	11
MODELO 7 – TERMO DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS	12
MODELO 8 – DECISÃO PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	13
MODELO 9 – DECISÃO PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	14
MODELO 10 – EXTRATO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	15
MODELO 11 – TERMO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE QUANDO DA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.....	16
MODELO 12 – EXTRATO DA DECISÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR	17
MODELO 13 – TERMO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE QUANDO DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR	18
MODELO 14 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (DEFERIMENTO).....	19
MODELO 15 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (INDEFERIMENTO)	21

MODELO 16 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (INTEMPESTIVIDADE).....	23
MODELO 17 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (DEFERIMENTO).....	24
MODELO 18 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (INDEFERIMENTO).....	25
MODELO 19 – EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (INTEMPESTIVIDADE).....	26
MODELO 20 – EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (DEFERIMENTO)	27
MODELO 21 – EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (INDEFERIMENTO).....	28
MODELO 22 – DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (DEFERIMENTO).....	29
MODELO 23 – DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (INDEFERIMENTO)	30
MODELO 24 – TERMO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DE RECURSO OU DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (AUTORIDADE COMPETENTE E PREFEITO).....	31
NOTAS EXPLICATIVAS	32

MODELO 1 – TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Órgão/Secretaria:

Número do Processo Originário:

Contrato / ARP n°:

Contratada(o):

CNPJ/CPF:

1. SÍNTESE DOS FATOS

Conforme relatado pelo fiscal do contrato e demais elementos de prova constantes dos presentes autos, foi identificada possível irregularidade na execução do *Contrato n° ____/____, Ata de Registro de Preços n° ____/____, ou nota de empenho n° ____/____*, firmado com a pessoa *física/jurídica* _____, cujo objeto consiste em _____.

Segundo as informações apresentadas, no período compreendido entre ____/____/____ e ____/____/____, a contratada *[descrever objetivamente a conduta verificada — exemplos: deixou de cumprir os prazos estabelecidos para a execução dos serviços contratados; deixou de entregar os materiais objeto da avença; executou os serviços em desconformidade com as especificações técnicas previstas no instrumento contratual — detalhar conforme o caso concreto]*.

Tal conduta configura, em tese, o descumprimento das obrigações estipuladas na Cláusula ____ do *Contrato n° ____/____*, bem como das disposições contidas no Edital n° ____/____ e no Termo de Referência, os quais estabelecem *[mencionar a obrigação contratual violada]*.

A irregularidade ora apontada produziu reflexos na esfera administrativa, na medida em que *[descrever os efeitos concretos verificados — exemplos: ocasionou atraso na prestação do serviço público; comprometeu o fornecimento regular de bens ao órgão; prejudicou o andamento das atividades administrativas; ensejou a adoção de medidas emergenciais pela Administração, detalhar conforme o caso]*.

Diante do exposto, encaminho os presentes autos à Comissão Permanente Processante, a fim de que sejam devidamente apurados os fatos narrados, assegurando-se *ao(à) contratado(a)*, em todas as fases do procedimento, o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e das disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666/1993.

2. DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL OU DA RELAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO

Integram os presentes autos, para fins de identificação do vínculo jurídico existente entre a Administração e *o(a) licitante ou contratado(a)*, os seguintes documentos:

- ☐ Cópia do contrato administrativo celebrado, bem como os respectivos termos aditivos;
- ☐ Comprovação da publicação do contrato no veículo oficial de publicação (quando aplicável);
- ☐ Ata de Registro de Preços e as respectivas Autorizações de Fornecimento ou Ordens de Serviços (quando houver);
- ☐ Nota de empenho e Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento (nos casos em que não haja contrato formalizado);
- ☐ Cópia do edital da licitação ou do ato de chamamento público (quando aplicável);
- ☐ Termo de referência (quando não houver edital);
- ☐ Portaria de designação do fiscal e do gestor do contrato;
- ☐ Parecer jurídico relacionado à irregularidade identificada (quando houver).

3. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA OCORRÊNCIA

Constituem elementos probatórios da(s) irregularidade(s) apontada(s), os documentos a seguir relacionados:

- ☐ Relatório circunstanciado do fiscal ou do gestor do contrato;
- ☐ Relatório da comissão de licitação ou do pregoeiro (quando aplicável);
- ☐ Registros de ocorrência ou relatórios de fiscalização;
- ☐ Ordens de serviço, memórias de cálculo, medições ou documentos equivalentes;

- ☐ Registros fotográficos, laudos técnicos ou outros meios de prova (quando houver);
- ☐ Documentação que evidencie as irregularidades identificadas na execução contratual;
- ☐ Documentos que demonstrem a extensão do prejuízo ou o impacto à execução do contrato;
- ☐ Histórico de ocorrências anteriores envolvendo o contratado (quando houver);
- ☐ Outros documentos relevantes para a instrução do procedimento apuratório.

4. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA COMUNICAÇÃO COM O LICITANTE OU CONTRATADO

Para fins de comprovação da ciência do *licitante ou contratado* acerca das irregularidades apontadas, foram juntados aos autos os seguintes documentos:

- ☐ Notificação ou comunicação prévia encaminhada ao(à) contratado(a);
- ☐ Comprovação do recebimento da comunicação (aviso de recebimento — AR, e-mail institucional com confirmação de leitura, sistema eletrônico de protocolo, ou equivalente);
- ☐ Resposta, impugnação ou justificativa eventualmente apresentada pelo licitante ou contratado;
- ☐ Demais comunicações oficiais realizadas no curso da relação contratual.

5. OUTROS DOCUMENTOS

- ☐ Notificação do emitente da garantia quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (quando aplicável).

6. AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO

Considerando os elementos fático-documentais constantes dos presentes autos, os quais evidenciam o possível inadimplemento de obrigações legais e contratuais assumidas pela pessoa *jurídica/física* no âmbito do contrato administrativo em referência;

Considerando a necessidade de apuração das infrações eventualmente praticadas, com vistas ao exercício do poder sancionatório da Administração Pública;

Considerando a necessidade de resguardar o interesse público e assegurar a estrita observância dos princípios constitucionais e legais que regem as contratações públicas, notadamente os da legalidade, moralidade, eficiência e supremacia do interesse público;

AUTORIZO, com fundamento no *art. 87* da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a instauração de **processo administrativo de responsabilização**, destinado à apuração de eventuais descumprimentos de obrigações contratuais e legais imputáveis *à(ao) contratada(o)/licitante*, com vistas à análise da aplicação das sanções administrativas cabíveis, garantidos, em todas as fases do procedimento, o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos termos da legislação vigente.

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Declaro, para os devidos fins, que os autos reúnem os elementos mínimos indispensáveis à instauração do processo administrativo de apuração de responsabilidade *do(a) licitante ou contratado(a)*, encontrando-se regularmente constituídos em conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Aracruz/ES, ____ de _____ de _____.

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de

**MODELO 2 - TERMO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE INTIMAÇÃO

A(o) Sr(a).

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica **INTIMADA** a pessoa *jurídica ou física [Razão Social]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]* para, querendo, **apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data desta intimação, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

Registra-se que o presente processo tem por objeto a apuração de *[descrição sucinta dos fatos, ex.: suposto descumprimento da cláusula ... do Contrato nº .../..., consistente em ...]*, ocorrido em *[data ou período aproximado]*, conforme documentação constante dos autos.

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, ... de de 20...

(Nome do(a) Presidente ou Membro da Comissão)
Presidente ou Membro da Comissão Permanente Processante

**MODELO 3 - TERMO DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA
LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE INTIMAÇÃO

A(o) Sr(a).

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica **INTIMADA** a pessoa *jurídica ou física [Razão Social]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]* para, querendo, **apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data desta intimação, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

Registra-se que o presente processo tem por objeto a apuração de *[descrição sucinta dos fatos, ex.: suposto descumprimento da cláusula ... do Contrato nº .../..., consistente em ...]*, ocorrido em *[data ou período aproximado]*, conforme documentação constante dos autos.

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, ... de de 20...

(Nome do(a) Presidente ou Membro da Comissão)
Presidente ou Membro da Comissão Permanente Processante

**MODELO 4 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica **INTIMADA** a pessoa *jurídica ou física [Razão Social]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]*, para, querendo, **apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação deste edital, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº .../...

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Presidente da Comissão)

Presidente da Comissão Permanente Processante

**MODELO 5 – EDITAL DE INTIMAÇÃO DO LICITANTE OU
CONTRATADO(A) PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA
LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Considerando os fatos apurados no âmbito do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, fica INTIMADA a pessoa *jurídica ou física [Razão Social]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]*, para, querendo, **apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias**, contados da publicação deste edital, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

A defesa deverá ser protocolada por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçada à Comissão Permanente Processante, acompanhada de documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de defesa, o processo terá regular prosseguimento, com a declaração de revelia, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Presidente da Comissão)
Presidente da Comissão Permanente Processante

MODELO 6 – TERMO DE DECLARAÇÃO DE REVELIA

TERMO DE DECLARAÇÃO DE REVELIA

Declaro a REVELIA do(a) pessoa *física ou jurídica*,
acusado(a) no Processo Administrativo de Responsabilização nº....., visto que
regularmente intimado(a), não apresentou defesa escrita no prazo legal, tampouco
nomeou procurador para fazê-la.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Presidente ou Membro da Comissão)
Presidente ou Membro da Comissão Permanente Processante

MODELO 7 – TERMO DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS

TERMO DE INTIMAÇÃO

Considerando a instrução processual realizada no âmbito do *[Processo Administrativo nº [Número]/[Ano]]*, decorrente do *[Processo Licitatório nº [Número]/[Ano] ou Contrato nº [Número]/[Ano]]*, e tendo em vista que foram produzidas todas as provas admitidas e praticados os atos processuais cabíveis, fica **INTIMADA** a pessoa *jurídica ou física [Razão Social/Nome]*, CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, na qualidade de *[Licitante / contratado(a)]* para, querendo, **apresentar alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data desta intimação, nos termos do art. ... do Decreto Municipal nº ...

As alegações finais deverão ser protocoladas por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçadas à Comissão Permanente Processante, acompanhadas dos documentos e justificativas que entender pertinentes.

Decorrido o prazo fixado sem a apresentação de alegações finais, o processo terá regular prosseguimento, nos termos da legislação aplicável.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Presidente/Membro da Comissão)
Presidente ou Membro da Comissão Permanente Processante

**MODELO 8 – DECISÃO PARA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA
OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo instaurado com fundamento *no(s) art(s). [Número]* da Lei Federal nº 8.666/1993, destinado à apuração de suposta infração *contratual ou editalícia* praticada por *licitante/contratado(a)*.

Consta dos autos que *[Resumo dos fatos apurados, do relatório da comissão e da manifestação da defesa, se apresentada]*.

Analisados os autos, verifica-se que *[Fundamentar a infração: ex. houve atraso injustificado, descumprimento contratual, apresentação de documentação falsa, etc.]*, configurando infração ao disposto no *[Indicar dispositivo da Lei Federal nº 8.666/1993 e do contrato ou edital]*.

Diante do exposto, **decido aplicar ao(à) *licitante/contratado(a)* *[Razão Social/Nome]*, *inscrita(o) no CNPJ ou CPF sob o nº [Número]* a sanção de *[Advertência / multa / suspensão temporária]*, nos termos do **art. 87**, inciso *[Número]*, da Lei Federal nº 8.666/1993**, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Intime-se o(a) interessado(a) da presente decisão, para, querendo, interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos da alínea “f” do inciso I do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Publique-se o extrato da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM - AMUNES).

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 9 – DECISÃO PARA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo instaurado com fundamento *no(s) art(s). [Número]* da Lei Federal nº 8.666/1993, destinado à apuração de suposta infração *contratual ou editalícia* praticada por *licitante/contratado(a)*.

Consta dos autos que *[Resumo dos fatos apurados, do relatório da comissão e da manifestação da defesa, se apresentada]*.

Analisados os autos, verifica-se que *[Fundamentar a infração: ex. houve atraso injustificado, descumprimento contratual, apresentação de documentação falsa, etc.]*, configurando infração ao disposto no *[Indicar dispositivo da Lei Federal nº 8.666/1993 e do contrato ou edital]*.

Diante do exposto, **decido aplicar ao(à) *licitante/contratado(a)* *[Razão Social/Nome]*, *inscrita(o) no CNPJ ou CPF sob o nº [Número]* a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Intime-se o(a) interessado(a) da presente decisão, para, querendo, apresentar pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do inciso III do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Publique-se o extrato da decisão no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM - AMUNES).

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 10 – EXTRATO DA DECISÃO DE APLICAÇÃO DE
ADVERTÊNCIA, MULTA OU SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE
PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM
A ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO DA DECISÃO

O *Secretário Municipal de ...* decidiu, nos autos do Processo nº *[Número/Ano]* pela aplicação da sanção de *[Advertência, multa, suspensão temporária e impedimento]* ao(à) *licitante/contratado(a)*, *[Razão Social/Nome]*, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº *[Número]*, com fundamento no *art. 87*, inciso *[Número]*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Fica *o(a) licitante/contratado(a)* **INTIMADO(A)** para, querendo, **interpor recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, o qual deverá ser protocolado por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçado à *Secretaria Municipal de*, acompanhado das razões e documentos que entender pertinentes.

Decorrido o prazo sem a interposição de recurso, a decisão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa, produzindo todos os efeitos legais dela decorrentes.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 11 – TERMO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DA AUTORIDADE
COMPETENTE QUANDO DA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, MULTA OU
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E
IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE INTIMAÇÃO

O *Secretário Municipal de ...* decidiu, nos autos do Processo nº *[Número/Ano]* pela aplicação da sanção de *[advertência, multa ou suspensão e impedimento]* ao(à) *licitante/contratado(a), [Razão Social/Nome], inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº [Número]*, com fundamento no art. 87, inciso *[Número]*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Fica *o(a) licitante/contratado(a)* **INTIMADO(A)** para, querendo, **apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, o qual deverá ser protocolado por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçado à *Secretaria Municipal de*, acompanhado das razões e documentos que entender pertinentes.

Para subsidiar a análise e eventual apresentação de recurso, segue anexa a esta intimação cópia integral dos autos do processo administrativo em referência.

Decorrido o prazo sem a apresentação de recurso, a decisão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa, produzindo todos os efeitos legais dela decorrentes.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 12 – EXTRATO DA DECISÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

EXTRATO DA DECISÃO

O *Secretário Municipal de ...* decidiu, nos autos do Processo nº *[Número/Ano]* pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar *ao(à) licitante/contratado(a), [Razão Social/Nome], inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº [Número]*, com fundamento no art. 87, inciso *[Número]*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Fica *o(a) licitante/contratado(a)* **INTIMADO(A)** para, querendo, **apresentar pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias**, o qual deverá ser protocolado por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçado à *Secretaria Municipal de*, acompanhado das razões e documentos que entender pertinentes.

Decorrido o prazo sem a apresentação de pedido de reconsideração, a decisão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa, produzindo todos os efeitos legais dela decorrentes.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 13 – TERMO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DA AUTORIDADE
COMPETENTE QUANDO DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA
LICITAR OU CONTRATAR**

TERMO DE INTIMAÇÃO

O *Secretário Municipal de ...* decidiu, nos autos do Processo nº *[Número/Ano]* pela aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar *ao(à) licitante/contratado(a), [Razão Social/Nome], inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº [Número]*, com fundamento no art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Fica *o(a) licitante/contratado(a)* **INTIMADO(A)** para, querendo, **apresentar pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias**, o qual deverá ser protocolado por meio de processo eletrônico ou diretamente no Setor de Protocolo situado na Casa do Cidadão (Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro – Aracruz/ES), e endereçado à *Secretaria Municipal de*, acompanhado das razões e documentos que entender pertinentes.

Para subsidiar a análise e eventual apresentação de pedido de reconsideração, segue anexa a esta intimação cópia integral dos autos do processo administrativo em referência.

Decorrido o prazo sem a apresentação de pedido de reconsideração, a decisão tornar-se-á definitiva na esfera administrativa, produzindo todos os efeitos legais dela decorrentes.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 14 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (DEFERIMENTO)

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social / Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por *[Razão Social/Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de *[indicar sanção]*, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado(a)/licitante*, em síntese que *[resumir os argumentos]*.

É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Reconhece-se a tempestividade do recurso, porquanto interposto dentro do prazo previsto no art. *[indicar artigo]* da *[indicar norma]*, encontrando-se atendido o requisito de admissibilidade relativo ao prazo recursal.

III – DO EFEITO SUSPENSIVO

Atribui-se efeito suspensivo ao presente recurso, por se evidenciar, no caso concreto, o interesse público na medida, nos termos do § 2º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. A imediata execução da penalidade aplicada, antes da apreciação definitiva da controvérsia, poderá ensejar a necessidade de posterior reversão de seus efeitos, em caso de eventual reforma da decisão, implicando a prática de atos administrativos sucessivos de difícil recomposição, além de potenciais prejuízos ao administrado.

Assim, a atribuição de efeito suspensivo revela-se medida adequada e prudente, a fim de resguardar a utilidade do provimento recursal e a segurança jurídica no âmbito do processo administrativo. [Conforme o caso]

IV – FUNDAMENTAÇÃO

[Análise detalhada das razões recursais, enfrentando os argumentos apresentados, examinando provas, legalidade, proporcionalidade da sanção, etc.]

V – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **DEFIRO o recurso administrativo**, para *[indicar o efeito: reduzir a sanção aplicada / aplicar penalidade diversa, detalhar conforme o caso]*, reformando a decisão anteriormente proferida.

Intime-se o(a) interessado(a) acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 15 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (INDEFERIMENTO)

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social / Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por *[Razão Social/Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de *[indicar sanção]*, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado(a)/licitante*, em síntese: *[resumir os argumentos]*.

É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Reconhece-se a tempestividade do recurso, porquanto interposto dentro do prazo previsto no art. *[indicar artigo]* da *[indicar norma]*, encontrando-se atendido o requisito de admissibilidade relativo ao prazo recursal.

III – DO EFEITO SUSPENSIVO

Atribui-se efeito suspensivo ao presente recurso, por se evidenciar, no caso concreto, o interesse público na medida, nos termos do § 2º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. A imediata execução da penalidade aplicada, antes da apreciação definitiva da controvérsia, poderá ensejar a necessidade de posterior reversão de seus efeitos, em caso de eventual reforma da decisão, implicando a prática de atos administrativos sucessivos de difícil recomposição, além de potenciais prejuízos ao administrado.

Assim, a atribuição de efeito suspensivo revela-se medida adequada e prudente, a fim de resguardar a utilidade do provimento recursal e a segurança jurídica no âmbito do processo administrativo. [Conforme o caso]

IV – FUNDAMENTAÇÃO

[Análise detalhada das razões recursais, enfrentando os argumentos apresentados, examinando provas, legalidade, proporcionalidade da sanção, etc.]

V – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **INDEFIRO o recurso administrativo**, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida pelos seus próprios fundamentos.

Intime-se o(a) interessado(a) acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 16 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE
RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
(INTEMPESTIVIDADE)**

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de *recurso administrativo ou pedido de reconsideração interposto/apresentado* por *[Razão Social/Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de *[indicar sanção]*, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado(a)/licitante*, em síntese: *[resumir os argumentos]*.

É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Constata-se a intempestividade do recurso ou pedido de reconsideração, uma vez que sua *interposição/apresentação* ocorreu após o término do prazo estabelecido no art. *[indicar artigo]* da *[indicar norma]*. Assim, não se encontra preenchido requisito objetivo de admissibilidade, o que obsta o conhecimento da pretensão do *contratado/licitante*.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

[Detalhar os fundamentos e citar a base legal].

IV – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **NÃO CONHEÇO** do *recurso administrativo ou pedido de reconsideração*, em razão de sua intempestividade, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida pelos seus próprios fundamentos.

Intime-se o(a) interessado(a) acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 17 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (DEFERIMENTO)

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social / Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por *[Razão Social/Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado(a)/licitante*, em síntese: *[resumir os argumentos]*.

É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Reconhece-se a tempestividade do pedido de reconsideração, porquanto apresentado no prazo previsto no art. *[indicar artigo]* da *[indicar norma]*, razão pela qual se encontram satisfeitos os pressupostos de admissibilidade quanto a esse aspecto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

[Análise detalhada das razões apresentadas, enfrentando os argumentos, examinando provas, legalidade, proporcionalidade da sanção, etc.]

IV – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **DEFIRO o pedido de reconsideração**, para *[indicar o efeito: reduzir a sanção aplicada / aplicar penalidade diversa, detalhar conforme o caso]*, reformando a decisão anteriormente proferida.

Intime-se *o(a) licitante ou contratado(a)* acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 18 – DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SOBRE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (INDEFERIMENTO)

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por *[Razão Social/Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado(a)/ licitante*, em síntese: *[resumir os argumentos]*.

É o relatório.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Reconhece-se a tempestividade do pedido de reconsideração, porquanto apresentado no prazo previsto no art. *[indicar artigo]* da *[indicar norma]*, razão pela qual se encontram satisfeitos os pressupostos de admissibilidade quanto a esse aspecto.

III – FUNDAMENTAÇÃO

[Análise detalhada das razões apresentadas, enfrentando os argumentos, examinando provas, legalidade, proporcionalidade da sanção, etc.]

IV – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **INDEFIRO o pedido de reconsideração**, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida pelos seus próprios fundamentos

Intime-se *o(a) licitante ou contratado(a)* acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 19 – EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
(INTEMPESTIVIDADE)**

EXTRATO DA DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

O(A) Secretário(a) Municipal de ..., torna público que, nos autos do processo em epígrafe, decidiu pelo **NÃO CONHECIMENTO** do *recurso administrativo ou pedido de reconsideração*, em razão de sua intempestividade, mantendo-se a decisão anteriormente proferida.

Fica o(a) interessado(a) devidamente intimado(a) da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 20 – EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
(DEFERIMENTO)**

EXTRATO DA DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

O(A) Secretário(a) Municipal de ..., torna público que, nos autos do processo em epígrafe, decidiu pelo **DEFERIMENTO** do *recurso administrativo ou pedido de reconsideração*, reformando a decisão anteriormente proferida.

Fica o(a) interessado(a) devidamente intimado(a) da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

**MODELO 21 – EXTRATO DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
(INDEFERIMENTO)**

EXTRATO DA DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

O(A) Secretário(a) Municipal de ..., torna público que, nos autos do processo em epígrafe, decidiu pelo **INDEFERIMENTO** do *recurso administrativo ou pedido de reconsideração*, mantendo a decisão anteriormente proferida.

Fica o(a) interessado(a) devidamente intimado(a) da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal)
Secretário(a) Municipal de ...

MODELO 22 – DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (DEFERIMENTO)

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por *[Razão Social / Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de *[indicar sanção]*, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado(a)/licitante*, em síntese: *[resumir os argumentos]*.

Verifica-se que a autoridade prolatora da decisão recorrida, qual seja, o(a) Secretário(a) Municipal de *[indicar]*, deixou de exercer o juízo de reconsideração, mantendo integralmente a decisão anteriormente proferida, motivo pelo qual os autos foram encaminhados a esta autoridade para apreciação do recurso.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

[Análise detalhada das razões recursais, enfrentando os argumentos apresentados, examinando provas, legalidade, proporcionalidade da sanção, etc.]

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **DEFIRO o recurso administrativo**, para *[indicar o efeito: reduzir a sanção aplicada / aplicar penalidade diversa, detalhar conforme o caso]*, reformando a decisão anteriormente proferida.

Intime-se o(a) interessado(a) acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do Prefeito Municipal)
Prefeito Municipal

MODELO 23 – DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO (INDEFERIMENTO)

DECISÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por *[Razão Social / Nome]*, em face da decisão proferida às fls. *[indicar]*, que aplicou a sanção de *[indicar sanção]*, no âmbito do Processo nº *[Número/Ano]*.

Alega *o(a) contratado/licitante*, em síntese: *[resumir os argumentos]*.

Verifica-se que a autoridade prolatora da decisão recorrida, qual seja, o(a) Secretário(a) Municipal de *[indicar]*, deixou de exercer o juízo de reconsideração, mantendo integralmente a decisão anteriormente proferida, motivo pelo qual os autos foram encaminhados a esta autoridade para apreciação do recurso.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

[Análise detalhada das razões recursais, enfrentando os argumentos apresentados, examinando provas, legalidade, proporcionalidade da sanção, etc.]

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, **INDEFIRO o recurso administrativo**, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida pelos seus próprios fundamentos.

Intime-se o(a) interessado(a) acerca do teor da presente decisão.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do Prefeito Municipal)
Prefeito Municipal

**MODELO 24 – TERMO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO DE RECURSO OU DE
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (AUTORIDADE COMPETENTE E
PREFEITO)**

TERMO DE INTIMAÇÃO

Processo nº [Número/Ano]

Interessado(a): [Razão Social/Nome]

O(A) Secretário(a) Municipal de.... ou Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,
INTIMA o(a) interessado(a) acima identificado(a) da decisão proferida no âmbito do
[recurso administrativo / pedido de reconsideração] apresentado nos autos do processo
em epígrafe.

Encaminha-se, em anexo, cópia integral da decisão para ciência.

Aracruz/ES, de de 20...

(Nome do(a) Secretário(a) Municipal ou Prefeito Municipal)
Secretário(a) Municipal de ... ou Prefeito Municipal

NOTAS EXPLICATIVAS

As Secretarias deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assegurando a observância dos princípios da finalidade, adequação e necessidade no tratamento de dados e adotando, quando cabível, a pseudonimização de dados pessoais.

Os documentos deverão observar os prazos legais e regulamentares aplicáveis.

A Secretaria deverá alterar os itens destacados em vermelho e itálico, adequando-os às especificidades do processo a ser instaurado, bem como preencher corretamente os espaços em branco e os campos indicados por linha tracejada (____).

*Para os fins deste referencial, a expressão “**autoridade competente**” refere-se aos Secretários Municipais, ao Procurador-Geral do Município e ao Controlador-Geral do Município, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Decreto Municipal nº 51.303/2026. Dessa forma, nos modelos de documentos destinados à autoridade competente, a expressão “**Secretário Municipal**” deverá ser adaptada, conforme o caso, para “**Procurador-Geral do Município**” ou “**Controlador-Geral do Município**”, quando o ato ou procedimento estiver relacionado às respectivas unidades administrativas.*

Eventuais ajustes na redação dos modelos também poderão ser realizados com vistas à adequação do respectivo documento às particularidades do caso concreto, observadas a legislação aplicável e a finalidade do modelo disponibilizado.

As decisões deverão conter, no mínimo, os tópicos: relatório, fundamentação e dispositivo, sem prejuízo das adaptações necessárias às particularidades do caso concreto.

